

METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO E VIDA COTIDIANA:

Entre espaços de comando e espaços do comum

Felipe Rangel Tavaresⁱ

Mestre em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Analisaremos o processo de metropolização a partir do seguinte prisma: enquanto “*espaços de comando*”, mobilizando relações de dominação e controle, e, simultaneamente, enquanto “*espaços do comum*”, engendrando práticas de *comunalização*. Neste sentido, discutiremos como as categorias espaço, cotidiano e ação interagem, integram-se e interpelam-se, uma vez que se encontram imbricadas e são indissociáveis. A vida cotidiana é uma “vida no espaço” e a metropolização é uma ação que *acontece* no espaço da vida cotidiana e *faz acontecer* o cotidiano do espaço contemporâneo. Os dilemas e desafios da metropolização do espaço são vividos no cotidiano; logo, se o cotidiano é o espaço-tempo da experiência contemporânea de metropolização que produz espaços de comando, da programação e da vigilância, é também o lugar das práticas espaciais insurgentes, da rebeldia, e de onde partem as lutas pelo direito à cidade e o espaço do comum.

Palavras-chave: Metropolização do espaço, cotidiano, ação, espaços de comando, espaços do comum.

METROPOLIZATION OF SPACE AND EVERYDAY LIFE: BETWEEN COMMAND SPACES AND SPACES OF COMMON

Abstract

We will analyze the metropolization process from the following point of view: as “spaces of command”, mobilizing relations of domination and control, and, simultaneously, as “spaces of the common”, engendering practices of communalization. In this sense, we will discuss how the categories space, everyday life and action interact, integrate and challenge each other, since they are intertwined and inseparable. Everyday life is a “life in space” and metropolization is an action that takes place in the space of everyday life and makes the daily life of contemporary space happen. The dilemmas and challenges of space metropolization are experienced in everyday life; therefore, if everyday life is the space-time of the contemporary experience of metropolization that produces spaces for command, programming and surveillance, it is also the place of insurgent spatial practices, of rebellion, and where the struggles for the right to the city and the space

ⁱ *Endereço institucional:*

Rua Marquês de São Vicente,
225, Gávea, Rio de Janeiro-RJ,
22451-900.

Endereço eletrônico:

tavares.geo@gmail.com

of the common.

Keywords: Metropolization of space, everyday life, action, command spaces, spaces of common.

Introdução

Diante da crescente mercantilização da natureza, um dos debates que emerge tanto nos países do Sul quanto nos países do Norte em torno da questão do desenvolvimento e enquanto crítica ao processo é a proposta de pensar os bens naturais como bens comuns (Svampa, 2014). De acordo com a autora, o conceito de bens comuns está se consolidando e aparece como uma das chaves na busca de um paradigma alternativo, para além do Estado e do mercado. Os principais debates na América Latina giram em torno da desmercantilização, cujo objetivo é manter fora do mercado os recursos e bens que pertencem à comunidade por seu caráter de patrimônio natural, social, cultural e possuem um valor que não pode ser precificado; o outro debate se refere à produção e reprodução do comum, que objetiva uma perspectiva diferente acerca das relações sociais, a partir da configuração ou emergência de espaços e formas de cooperação social, de uso e gozo comum (Svampa, 2014, p.378). Ainda há relações entre a gramática dos bens comuns e a ética do cuidado, destacando-se o papel do ecofeminismo.

Pretendemos pensar a questão da produção e reprodução do comum a partir do processo de metropolização do espaço, que, embora evidencie os processos mais ligados à reprodução das relações que fundam a propriedade privada, revela-se enquanto produto do trabalho coletivo, portanto, contém elementos e contradições que podem ser exploradas com a finalidade de superar e transformar o rumo das dinâmicas que determinam as condições gerais da vida cotidiana no espaço-tempo contemporâneo.

Sendo assim, temos como objeto de estudo o processo de metropolização do espaço no âmbito das ações de “comando” e “comunalização” na vida cotidiana. Nosso objetivo é discutir a natureza das ações que atuam na produção de “espaços de comando” e “espaços do comum”, a partir das categorias analíticas *espaço, cotidiano e ação*.

Espaço, cotidiano e ação: o “comando” e o “comum” no/do processo de metropolização

Analisaremos o processo de metropolização a partir do seguinte prisma: enquanto “*espaços de comando*”, mobilizando relações de dominação e controle, e, simultaneamente, enquanto “*espaços do comum*”, engendrando práticas de *comunicação* (Harvey, 2014). Neste sentido, discutiremos como as categorias espaço, cotidiano e ação interagem, integram-se e interpelam-se, uma vez que se encontram imbricadas e são indissociáveis.

É preciso reconhecer que, a história urbana dos dias atuais é determinada pelo processo de metropolização do espaço, que consiste numa fase do desenvolvimento do processo de urbanização, contudo, de natureza distinta, como afirma Lencioni (2006). O processo de metropolização *condiciona e produz* a experiência do espaço-tempo contemporâneo, para corresponder às necessidades impostas pelo capital. O processo de metropolização do espaço pode ser caracterizado pelo desenvolvimento de aspectos que “impregnam o espaço de características metropolitanas” (Lencioni, 2006). Que características são essas? Àquelas relacionadas à administração e gestão do capital, como também, relativos à esfera pública, sendo a concentração de tais serviços uma *necessidade e condição* à reprodução capitalista e sua viabilização política – ou seja – funções de serviços avançados e fomento de redes e infraestruturas que garantam a circulação e os fluxos (materiais e imateriais), de mercadorias, informações e pessoas.

Neste sentido, como demonstra Lencioni (2006), enquanto a ideia de metrópole diz respeito às cidades, a noção de metropolização relaciona-se com o espaço e à produção do espaço; na perspectiva de Carlos (2015), para quem a metrópole é condição geral da produção, o que impõe uma determinada configuração espacial, ou seja, embora relacionado à cidade e ao urbano, mas para além deles, o “espaço da metropolização” emerge como “o novo centro da acumulação e da produção das condições urbanas” (Lencioni, 2010, s/p.). Para compreender as dinâmicas e estratégias que tal processo engendra, seguimos a proposta de Ferreira (2015) quando versa

acerca das categorias analíticas *espaço*, *cotidiano* e *ação* que, segundo o autor, contribuem como ferramentas para “desvelar o que está para além das aparências”.

Ao discutir as inter-relações entre as categorias analíticas em questão, Ferreira (2015) aponta que a produção intencional do espaço afeta o cotidiano e, compreendê-lo, permitiria considerar a materialização das intencionalidades, como provocadoras ou inibidoras das ações. O autor traz a ação para o centro do debate, reconhecendo a necessidade de, não apenas, discernir entre agente, ator e sujeito, isto é, quem está por trás das ações, mas, sobretudo, de refletir acerca das escalas da ação e sentido da ação. Deste modo, é de enorme relevância a percepção de Lencioni (2006) ao atentar para um detalhe no vocábulo *metropolização*. De maneira bastante didática, a autora analisa a grafia, demonstrando que o vocábulo deriva do verbo *metropolizar* seguido do sufixo *ação*, “que exprime um sentido de ação ou o resultado de uma ação”. Reconhecemos assim, a metropolização como um processo espacial, expressão de um gama multidimensional e multiescalar de ações e, simultaneamente, o resultado dessas ações.

Tal consideração apoia-se numa concepção de espaço enquanto *produto-produtor*, ou seja, as relações sociais de produção produzem o *espaço* ao mesmo tempo em que o *espaço* interfere nas relações sociais de produção. As relações sociais de produção manifestam todo o repertório de ações que se passa no espaço-tempo da vida cotidiana. A produção do espaço consiste na dinâmica solidária e/ou conflitiva de ações – relações sociais, processos, práticas, movimentos, gestos, usos e atividades – cuja realização ocorre no cotidiano. É nele que se produz o espaço e que o espaço se reproduz, a própria *produção* é uma ação. O espaço está imbuído de ações que nascem no cotidiano; ele está no “centro do acontecer histórico” (Heller, 2014). A vida cotidiana é uma “vida no espaço” e a metropolização é uma ação que *acontece* no espaço da vida cotidiana e *faz acontecer* o cotidiano do espaço contemporâneo. Sendo assim, a metropolização é também forma, função e estrutura, uma vez que o processo enquanto *ação contínua* (Santos, 2008) está atrelado às determinações e condições (materiais e imateriais) que constituem um determinado espaço.

A fim de evidenciar as determinações e condições espaciais no âmbito do processo de metropolização, quando enunciamos os *espaços de comando*, temos o

intuito de ressaltar e dar ênfase às relações de dominação e controle do espaço, ou seja, (espacializ)ações (e condições) de comando. As funções de comando no espaço marcado por características metropolitanas dizem respeito ao que Lefebvre (2001) denomina como “ordem distante”, um nível dotado de poderes que se impõe “abstrato, formal, supra-sensível e transcendente na aparência”, concebido no interior das ideologias, regido pelas “grandes e poderosas instituições”, a saber, Igreja, Estado, instituições financeiras, organizações não-governamentais, agências supranacionais e oligopólios transnacionais. Podemos compreender a *ordem distante* a partir da ideia de *governança urbana*, utilizada por Harvey (2005) para demonstrar, não apenas o conjunto complexo de forças mobilizado por diversos atores, como também, o lócus onde está o poder real da organização urbana. O geógrafo Richard Peet (2007) contribui neste sentido ao formular a noção de “complexos institucionais hegemônicos”, observando que políticas e práticas de governança são concebidas por especialistas em instituições concentradas em alguns poucos centros de poder.

Denominamos como espaços de comando aqueles que, no processo de hierarquização (elemento da tríade composta pela homogeneização e fragmentação), constituem o domínio do poder e do comando, “que são instrumentais para garantir a totalidade do conjunto” (Lencioni, 2010, s/p.). São os espaços que exprimem o cotidiano programado e instauram o controle das práticas, a disciplina, a vigilância e o monitoramento. Espaços que, nas palavras de Milton Santos (2006), são uma estrutura de controle e limite às ações. Qual é a natureza de tais espaços de comando e que elementos os constituem? Alguns aspectos já estão claros, como as relações de poder mais ligadas à dominação e ao controle; outros aspectos, a serem discutidos no próximo subitem, são: as relações que concebem o espaço (e a cidade) enquanto mercadoria, as práticas que sobredeterminam o valor de troca em detrimento do valor de uso, e as relações alienadoras/alienantes.

Embora os espaços de comando se pretendam invioláveis, absolutos e intransponíveis, é no seu interior que florescem as resistências, as transgressões e a contestação, tanto de iniciativas mais individuais que remetem ao uso contestatório do próprio corpo como ferramenta de subversão (artistas de rua, grafiteiros, *skatis-*

tas etc.) como também iniciativas coletivas, como as associações de moradores, mobilizações de grupos e movimentos sociais. Os dilemas e desafios da metropolização do espaço são vividos no cotidiano; logo, se o cotidiano é o espaço-tempo da experiência contemporânea de metropolização que produz espaços de comando, da programação e da vigilância, é também o lugar das práticas espaciais insurgentes, da rebeldia, espaço de esperança de onde partem as lutas pelo direito à cidade. O cotidiano é o espaço da subversão, da contra-ordem, das lutas anti-capitalistas; enquanto virtualidade, ele contém a cidade pós-capitalista e as possibilidades de emancipação humana.

É neste sentido que a metropolização do espaço pode ser concebida e vivida enquanto “fábrica do comum” (Hardt e Negri, 2016), espaço-tempo das práticas sociais de *comunalização* (Harvey, 2014). Propondo uma analogia entre *fábrica/classe operária industrial* e *metrópole/multidão*, Hardt e Negri (2016) apontam para a metrópole como lugar da *produção, do encontro, da organização e da rebelião*. Para os autores, a metrópole é o lugar do comum, das pessoas vivendo juntas, compartilhando recursos, comunicando-se, trocando bens e ideias, linguagens, imagens, afetos, conhecimentos, códigos, hábitos e práticas. Há uma visível relação com o cotidiano quando os autores afirmam que o encontro com a alteridade, o imprevisível e o aleatório enquanto qualidades da metrópole. Contudo, eles avançam dizendo que é preciso ir além dos encontros inesperados e espontâneos propiciados na experiência do cotidiano vivido – é preciso organizar-se politicamente, superando as contradições e estabelecendo redes de comunicação e cooperação. As manifestações decorrentes das injustiças, descontentamentos e insatisfações relacionadas ao cotidiano de opressão, exploração, violência, medo e dor – tal como na fábrica – exemplificam a metrópole enquanto lugar do antagonismo e da rebelião. Para Hardt e Negri, “essas rebeliões não se dão apenas *na* metrópole, mas também *contra ela*” (2016, p.288). Neste sentido, é no cotidiano do espaço metropolitano que se constroem as redes de solidariedade e os vínculos de cooperação e comunicação, isto é, a promoção crescente do comum e dos encontros entre singularidades.

Para o geógrafo David Harvey (2014), o comum deve ser entendido como uma relação social instável e maleável entre determinado grupo social autodefinido e os

aspectos já existentes ou ainda por criar do meio social e/ou físico. Podemos destacar nesta concepção alguns elementos fundamentais na constituição do *espaço do comum*. Dois processos se destacam na conceitualização de Harvey, são eles: a *auto-definição*, relacionada à tomada de consciência por parte de um grupo (a experiência de autoemancipação, de *classe em si* à *classe para si*) e o processo de *apropriação* do “meio social e/ou físico”, tanto já realizado (concretamente), quanto no nível das utopias (simbolicamente), uma apropriação virtual. Tal relação social é denominada *prática social de comunalização*:

No cerne dessa prática de comunalização encontra-se o princípio de que a relação entre o grupo social e o aspecto do ambiente tratado como um comum será tanto coletiva quanto não mercantilizada – para além dos limites da lógica das trocas e avaliações de mercado. Esse último ponto é crucial, pois ajuda a distinguir entre bens públicos, entendidos como gastos produtivos do Estado, e um comum estabelecido ou usado de maneira totalmente diferente, mesmo quando acabe fomentando indiretamente a riqueza e o lucro do grupo social que o reivindica. Desse modo, uma horta comunitária pode ser vista como uma coisa boa em si mesma, quaisquer que sejam os alimentos nela produzidos. Isso não impede que parte deles seja comercializada. (Harvey, 2014, p.145).

Ainda assim, Harvey (2014) alerta para o fato de que grupos sociais distintos podem se engajar na comunalização por razões diferentes e até capitalizar os comuns urbanos. Portanto, segundo autor, é preciso discernir quais grupos sociais devem ser apoiados e quais não devem no curso das lutas pela comunalização. Para Harvey, o grande problema reside na incapacidade de os direitos de propriedade privada individualizada atenderem aos interesses comuns do modo como deveriam fazer. O geógrafo afirma que o comum é continuamente produzido, porém, é também continuamente encerrado e apropriado pelo capital em sua forma mercantilizada e monetizada, ainda que seja produto do trabalho coletivo. Como alternativa para superação de tal contradição, Harvey propõe a descoberta de maneiras criativas de usar os poderes do trabalho coletivo para o bem comum, e manter o valor produzido sob o controle dos trabalhadores que o produziram.

Pretendemos contribuir neste sentido ao elucidar as ações ou sistemas de práticas espaciais que atuam na produção de *espaços do comum*. Se os espaços de comando são produtos-produtores de práticas alienadoras-alienantes, mais ligadas ao valor de troca e à mercadificação da cidade e do espaço, configurando relações de

dominação, os espaços do comum são o seu oposto: são construídos a partir de práticas de autoemancipação, mais ligadas ao valor de uso e à produção da cidade e do espaço enquanto obra, configurando relações de apropriação. Com o objetivo de visualizarmos esses sistemas de ações, elaboramos o esquema abaixo.



Figura 1. A ação no centro do debate acerca da produção do espaço da vida cotidiana, produzindo *espaços de comando* e *espaços do comum*.

Cotidiano, ação e “*espaços de comando*”

Apoiando-se na perspectiva de Milton Santos (2006, p.39) acerca do espaço enquanto *conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações*, embora o nosso debate confira centralidade às ações, os sistemas de objetos também estão contemplados, afinal eles condicionam as formas como se dão as ações, e estas conduzem à criação de novos objetos. Portanto, onde lê-se “Ações”, lê-se também “Objetos”, uma vez que não se pode separá-los. Neste sentido, o autor demonstra como ações e objetos formam um composto quando atenta para o fato de que, atualmente, os objetos podem nascer predestinados a um certo tipo de ações, que lhes conferem um sentido e os definem, e que essas ações “*são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar*” (SANTOS, 2006, p.51). Tal relação revela, no âmbito dos espaços de comando, os processos de domi-

nação. Segundo Ferreira (2007) a dominação encontra-se ligada ao valor de troca e também à *ordem distante*, relacionada à classe capitalista e ao Estado e seus espaços abstratos, da exteriorização de práticas econômicas e políticas – por exemplo, do desenvolvimento imobiliário e da administração governamental.

Embora abstratos, tais espaços se concretizam, e é no cotidiano que se percebe a influência da dominação. Segundo Lefebvre (1991), o cotidiano torna-se objeto, é instrumentalizado, organizado e estruturado, explorado de maneira racional. Ademais, Lefebvre chama atenção também para a *programação* da vida cotidiana, ressaltando a *cibernetização* ou *robotização* da sociedade, através de mecanismos, estratégias e dispositivos que buscam tornar o ambiente urbano num meio funcional. As características da programação seriam a organização do território e a *reconstituição da vida urbana conforme um modelo adequado (centros de decisão, circulação e informação a serviço do poder)* (LEFEBVRE, 1991, p.73). O processo de metropolização torna evidente a dominação do espaço da vida cotidiana quando um espaço é concebido e produzido para promover a circulação e fluxo de mercadorias, informações e pessoas a fim de assegurar a reprodução do capital. A medição e quantificação do tempo de giro do capital, os cálculos e as probabilidades dos serviços de logística afetam as atividades mais corriqueiras do cotidiano, exigindo agilidade no cumprimento de tarefas, respostas rápidas aos problemas e velocidade nos gestos e comportamentos – desde o uso de aplicativos para fugir dos grandes engarrafamentos e otimizar o tempo, até o andar depressa (ou correr) para tomar um ônibus/trem ou para chegar aos lugares (deixando de percebê-los, nota-los). Atravessamos os lugares, mas os lugares nos atravessam?

Quando constatamos esses rebatimentos nos usos do tempo no espaço, nas tarefas diárias, nos comportamentos e gestos, enfatizamos a influência das relações de dominação nas ações. Os espaços de comando são produto de ações de comandos – que nascem no nível da ordem distante – todavia, contém ações comandadas, revelando a interferência dos comandos na ordem próxima (aquela das relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, e as relações entre eles). Deste modo, as ações se desdobram de maneira estranha, descolada do lugar, pois, no processo de produção e reprodução das relações

sociais, há um momento em que a separação dos elementos que constituem fonte de riqueza e produção (capital, terra e trabalho) é racionalmente desejada, provocando o que Lefebvre (2008) aponta como *ilusão da separação numa unidade*, a saber, a da *dominação*, do poder econômico da burguesia. Para o filósofo, neste momento, a ideologia coincide com a prática (ações) – *a de aceitar a dissociação e considerá-la real* (LEFEBVRE, 2008, p.52): alienação das ações, do espaço e do cotidiano.

A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação (HELLER, 2000, p.37). Para a filósofa húngara, a estrutura da vida cotidiana constitui um terreno propício à alienação, que para a autora, consiste na separação entre a produção humano genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção. *A alienação é sempre alienação em face de alguma coisa, e mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade* (*ibidem*, p.37). Contudo, Heller também afirma que sempre há uma “margem de movimento”, pois, do contrário, as formas da estrutura da vida cotidiana se *absolutizam* – isto é, bloqueiam qualquer possibilidade de superação e transformação. O espaço da vida cotidiana alienado é produto e condição de práticas espaciais alienadoras/alienantes.

Escamotear as relações sociais de produção, em sentido amplo, revela um processo associado à alienação, a saber, a reificação das relações sociais, uma das características fundamentais da sociedade capitalista. De acordo com Goldmann (2006), trata-se de mascarar as relações sociais entre os homens e as realidades espirituais e psíquicas, dando-lhes o aspecto de atributos naturais das coisas ou de leis naturais. Para o autor, tal movimento evidencia a predominância quantitativa dos fatores econômicos no pensamento e no comportamento dos indivíduos, que, embora se apresente enquanto predominância apenas de fato e não de direito, se expande de modo exclusivo à totalidade das manifestações da vida humana (religião, moral, arte, literatura) e as esvazia, a ponto de provocar a total perda de referências e pertencimento do sujeito com seu espaço, isto é, perda da consciência e do reconhecimento do homem em suas relações (ações) com os objetos que o cercam e a sociedade que ele faz parte.

Este espaço é qualificado, conforme Carlos (2007), como *espaço amnésico*, pois é desprovido de referências construídas praticamente pelo cidadão nas atividades de manutenção da vida, revelando a diluição dos referenciais e, em conjunto, os traços que constituem atuam na construção da identidade. O espaço amnésico é o espaço que emerge na reprodução de espacialidades sem referências, cujas modalidades do uso são limitadas ou restritas, estando mais associados às regras de um espaço normatizado e homogêneo (CARLOS, 2007, p.58). Os espaços de comando, espaços das normas e ordens distantes, são espaços amnésicos por excelência, pois reforçam a consciência e o comportamento alienado cuja procedência advém da primazia que as relações de dominação assumem no cotidiano programado da metrópole.

Finalmente, os espaços de comando são fundados sobre a cidade enquanto negócio, isto é, o espaço concebido como mercadoria, onde as relações sociais predominantes são àquelas ligadas à sobredeterminação do valor de troca em detrimento do valor de uso. De acordo com Vainer (2002), a cidade concebida e produzida como mercadoria tem seus atributos colocados à venda enquanto insumos valorizados pelo capital transnacional num mercado extremamente competitivo. O *city-marketing* opera enquanto instrumento das políticas urbanas (SÁNCHEZ, 2001) no sentido de promover a imagem publicitária da cidade e assim convertê-la em objeto de consumo para realização preeminente do valor de troca. Enquanto mercadoria, o espaço é dividido em parcelas que são compradas e vendidas no mercado (CARLOS, 1996), evidenciando os processos de fragmentação e homogeneização enquanto aspectos da dominação do espaço e de sua apropriação privada. Para Carlos (1996), o conteúdo do espaço, produzido enquanto mercadoria, escapa dos indivíduos, posto que estão submetidos à troca e à especulação (relações de produção que são (re)apresentadas como separadas) e, portanto, interfere diretamente na experiência da vida cotidiana, na qual as mercadorias substituem e mediam as relações entre as pessoas. A cidade que se volta aos negócios é sustentada pelas práticas que sinalizam a importância do espaço enquanto valor de troca; a cidade como negócio, acentua a desintegração da vida cotidiana pelo empobrecimento das relações sociais (CARLOS, 2004, p.31).

As ações (enquanto sistema de objetos e sistemas de ações) que se desdobram à construção, na esfera da vida cotidiana, de espaços de comando, são aquelas cuja natureza se refere ao espaço concebido enquanto mercadoria, portanto, do espaço alienado e da alienação da produção do espaço. As relações de poder mais ligadas à dominação se constituem na sobredeterminação do valor de troca em detrimento do valor de uso, a saber, na apropriação privada de uma produção coletiva, o espaço urbano, a cidade e a metrópole. Se percebemos a natureza das ações que constituem os espaços de comando e entendemos que é preciso superá-las para transformar o estado de coisas atual, qual a natureza das ações que promoveriam outra experiência no interior da vida cotidiana, mais ligada ao espaço como bem comum?

Cotidiano, ação e espaços do comum

A instigação para esta seção deu-se na tentativa de responder a pergunta anterior, em busca de outro espaço, constituído por outras relações sociais, processos e práticas espaciais, isto é, outras ações, vinculadas à emancipação do ser humano ao invés de sua alienação, à produção do espaço e da cidade enquanto obra ao invés de mercadoria, à preeminência do uso em relação às trocas, e, por fim, à apropriação no lugar da dominação. Em nossa perspectiva, esse “repertório de ações” promoveria o que denominamos “espaços do comum”, uma vez que aboliria as separações e dissimulações que operam para sustentação das relações em torno da propriedade privada como pilar da sociedade e do espaço capitalista. As categorias espaço, cotidiano e ação são fundamentais para empreendermos tal iniciativa.

Reconhecendo a metrópole como “fábrica do comum”, Hardt e Negri (2016) afirmam que este é o lugar da produção biopolítica porque é o espaço do comum, referindo-se ao “comum artificial”, que reside nas linguagens, imagens, conhecimentos, afetos, códigos, hábitos e práticas, perpassando e constituindo o território metropolitano no “viver junto”, no compartilhamento de recursos, na comunicação e trocas de bens e ideias. O processo de metropolização acentua a circulação e o intercâmbio de tais elementos, produzidos a partir das relações sociais e representações de determinadas relações, numa acepção de cunho mais imaterial/simbólico,

na perspectiva dos autores. Contudo, essa dimensão não deve ser menosprezada, pois, para Harvey (2014) a questão do direito à cidade está intimamente relacionada aos nossos mais profundos desejos de mudar e reinventar a cidade, exercendo um poder mais coletivo do que individual sobre o processo de urbanização (concreto/funcional e imaterial/simbólico). Relacionando as ideias do direito à cidade enquanto reivindicação de algum tipo de poder sobre os processos de urbanização (Harvey, 2014, p.30) e a ideia de que o comum é continuamente produzido (*ibid*, p.152) enquanto urbano, podemos sugerir um processo de metropolização que produza o espaço urbano como bem comum de modo coletivo e não mercantilizável, e portanto, um cotidiano em que atores e ações sejam caracterizadas pela evidência do comum.

A vida cotidiana é o espaço do homem comum. O comum se inscreve nas experiências do cotidiano. De acordo com Martins (2008, p.52), “o novo herói da vida é o homem comum, imerso no cotidiano”. Para o autor, impõe-se o reconhecimento de que o senso comum não é apenas instrumento das repetições e dos processos que imobilizam a vida de cada um e de todos; por decorrer dos encontros e da partilha de agentes que compartilham “*um mesmo método de significados*”, há instantes de criação, onde a realidade e o conhecimento invadem o cotidiano e o senso comum revolucionando-os. No âmbito de tais práticas, consideradas banais pela perspectiva erudita, que se instalam as condições de transformação do impossível em possível (*ibid*, p.57). Invisibilizado e silenciado pelo *status* hegemônico de comportamento, hábitos de consumo e usos pasteurizados do tempo no espaço, está o homem comum na metrópole, repleto de anseios, sonhos, perspectivas e ideias que, no âmbito da experiência imediata e dos problemas que o cercam, põe em prática algum tipo de ação presente no repertório da luta pela sobrevivência, portanto, resistência – não poderíamos apreendê-las enquanto alternativas de (re)apropriação?

O cotidiano é também o lugar das práticas comuns. E é delas que se ocupa Michel de Certeau (2014), das práticas ordinárias e táticas populares pelas quais o cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*, isto é, os procedimentos e repertórios de ação populares desviantes, aqueles que “driblam” e não se conformam à disciplina, à vigilância e programação do cotidiano. São as “maneiras

de fazer” que constituem as práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural (De Certau, 2014, p.41). Desse modo, é possível capturar vestígios de ações que, ainda que menos elaboradas e talvez mais rudimentares, nos forneçam insumos para imaginar, moldar e organizar estratégias de comunalização.

Pela ilegalidade, pelos desentendimentos e pela insurgência é que caminha este comum, isto é, conforme demonstra Alves (2015), certas experiências espaciais entendidas como ofensas à propriedade privada ou pública, desde as ocupações físicas dos espaços da cidade até todas as condições de existência e de produção social. Para o autor, a ativação dos espaços do comum se inicia pela desativação da propriedade privada, que corresponde às novas subjetividades e novas espacialidades não autorizadas ou não planejadas sobre a cidade, àquelas que buscam uma vida contrária à alienação e em favor da apropriação. Apoiando-se sobre alguns pontos do *comunismo*, Alves (2015) recupera a dimensão da apropriação, através da qual

O trabalho cria um sujeito novo que não se estranha diante do objeto criado tampouco se vê estranhado diante dos outros homens, ou mesmo alienado de sua condição de ser social. A isso devemos dar o nome de apropriação dos meios de produção social, que, mais uma vez, se faz concomitantemente em (a) uma apropriação do trabalho objetivado e (b) uma apropriação de sua condição de ser social. (Alves, 2015, p.278).

Neste sentido, cabe-nos discutir o repertório de ações que engendram os espaços do comum, construídos a partir de práticas de (auto)*emancipação*, mais ligadas ao *valor de uso* e à produção da cidade e do espaço enquanto *obra*, configurando relações de *apropriação*. Os elementos desse repertório são indissociáveis e revelam as dimensões que o espaço do comum contém.

Quando Lefebvre nos apresenta o *direito à cidade*, ele aponta como horizonte o *direito à vida urbana*, vida transformada e renovada, enfatizando o *valor de uso* enquanto prioridade deste urbano. O filósofo recupera alguns momentos da cidade na história para revela-la enquanto *obra*, isto é, valor de uso. Ele afirma: “a própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível (...) na direção dos *produtos*” (Lefebvre, 2001, p.12). Em sua tese, afirma que a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso, elas são refúgio do valor de uso e embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE,

2001, p.14). Neste sentido, contrapõe a cidade-mercadoria na qual o valor de troca e o lucro pre-dominam sobre as relações de produção. *A cidade (e o espaço) enquanto obra é valor de uso e seu uso principal é a Festa* (LEFEBVRE, 2001, p.12). A Festa indica o projeto da revolução cultural permanente retomando o conceito de apropriação que designa, socialmente, a partir do termo Obra, “*a atividade de um grupo que toma em suas mãos e a seu cargo seu papel e seu destino social, ou seja, uma autogestão*” (Lefebvre, 1991, p.215). Essa retomada, ou melhor, reapropriação, é a ação produtora do espaço enquanto obra, logo, valor de uso. Os espaços do comum são mentalmente e socialmente construídos como obras. Na cidade antiga o uso e o valor de uso definiam o emprego do tempo. As modalidades de emprego (uso) do tempo no espaço determinam a natureza do espaço-tempo, e assim, a maneira pela qual os homens se relacionam entre si e com os objetos ao seu redor: uma relação alienada ou emancipatória, tanto objetiva quanto subjetivamente.

Neste âmbito, os grupos que se organizam em mobilizações de contestação e protestos, ativistas e movimentos sociais jogam um papel fundamental, trazendo à tona os dilemas da metropolização que afetam a vida cotidiana, também colaborando para um despertar da consciência e reflexão que interferem na produção do espaço. Reconhecemos a produção espacial dos movimentos sociais (material e simbólica), considerando que, *nas ocasiões de protestos e manifestações, desdobram-se processos de apropriação* – as práticas espaciais de reivindicação e contestação são produtoras de espaços, espaços do comum: os desejos, as utopias, as táticas e estratégias de luta são compartilhados. Uma contribuição neste sentido, que diz respeito às demandas por autonomia e emancipação (apropriação do espaço), é proposta por Pickerril e Chatterton (2006) quando cunham o termo “geografias autônomas”, para compreender as experiências contemporâneas de ação coletiva, denotando os espaços onde pessoas desejam constituir formas políticas, econômicas e sociais de organização igualitária, solidária e não-capitalista através da combinação de resistência e criação. O termo é utilizado como parte de um vocabulário de intervenção, de urgência, esperança e inspiração, enfatizando o “onde estamos” e as projeções de “onde nós podemos estar”, ou seja, um conceito e caminho para explorar a materialização de visões utópicas.

This multi-scalar and multi-faceted activism manifests itself through global and regional convergences (...) through localised autonomous spaces and alternative processes (such as social centres, eco-villages, alternative currencies, food production, housing co-operatives and self education), and experiments in non hierarchical organisation and consensus-based decision-making. (...) we propose to use the concept of autonomous geographies to understand alter-globalisation movements as a progressive politics, not grounded through a particular spatial strategy but as a relational and contextual entity drawing together resistance, creation and solidarity across multiple times and places. (Pickerril and Chatterton, 2006, p.2).

Neste sentido, a perspectiva autonomista das ações coletivas dos novos movimentos sociais revela maneiras alternativas de organização e protesto, a partir dos princípios de autogestão, autodeterminação, horizontalidade, solidariedade, resistência e criatividade/inação, moldando assim, práticas espaciais capazes de construir outras relações sociais e, portanto, espacialidades outras, novos espaços – espaços do comum.

Os aportes que a análise de Pogrebinschi (2009) acerca do *político* oferecem, ajudam-nos a pensar a *emancipação* enquanto repertório de ação conjuntamente à apropriação do espaço e sua produção enquanto obra (valor de uso). A autora situa a emancipação humana como escopo do político, isto é, a negação marxiana da política, aquilo que ganha forma com o desvanecimento do Estado e a unidade entre o homem e o social. Partindo de Marx em *A questão judaica*, Pogrebinschi (2009) recupera a ideia de que a emancipação realiza-se quando o homem tiver reconhecido e organizado suas próprias forças como forças sociais, observando que *a comunidade e a verdadeira democracia* são condição para a realização da emancipação humana, isto é, *a forma política que surge com o desvanecimento do Estado e o poder que se organiza por meio da autodeterminação, do autogoverno e da autogestão*. A emancipação humana é o que devolve aos homens sua essência genérica e, portanto, ela se realiza como autoemancipação – um processo de autoconstituição de sua subjetividade, a um só tempo social e individual (Pogrebinschi, 2009, p.291). Nos termos da produção de espaços do comum, essa emancipação é possível a partir do momento em que não há mediações e/ou separações responsáveis pela alienação do homem, estranhamentos e perda de referências, ou seja, elementos distanciadores do sujeito e da obra, do social e do político. A emancipação do ser humano liga-se ao comum à medida que o sujeito adquire a consciência de si mesmo, um “retorno do homem ao

homem, do sujeito com ele mesmo, a recuperação da essência genérica perdida no processo de alienação e estranhamento” (Pogrebinschi, 2009, p.353). O homem se reconhece na comunidade e a comunidade suscita o pertencimento, religando as conexões perdidas nos circuitos abstratos dos espaços de comando. Tal experiência é inteiramente espacial e cotidiana, pois a metrópole é produção coletiva desse homem, portanto, obra do comum.

Considerações finais

Reconhecemos que não esgotamos o assunto: há muitas considerações a fazer, possibilidades a explorar e pontos a rever, examinar e aprofundar. A grande dificuldade reside no fato de, em certos momentos, não conseguirmos vislumbrar evidências marcantes de *repertórios de ação produtores do comum* na cidade, diante do processo de metropolização. Percebemos seus indícios...

Pensar em espaços do comum mediante a hegemonia dos espaços de comando – espaços da propriedade privada – pode parecer uma ilusão, um exercício desnecessário. É preciso ir mais a fundo no interior de fenômenos como as ocupações de escolas, nos movimentos sociais de expressão territorial, nos movimentos que se inspiram no zapatismo e nas experiências onde as práticas de comunalização ganham evidência, como as ZAD’s na França (*Zones à Défendre*).

Resta-nos caminhar e fazer novas perguntas, talvez modificar a maneira que as enunciemos; de qualquer forma, é preciso levantar os problemas. Neste trabalho, apresentamos uma tentativa de discutir a natureza das ações que produzem e constituem *espaços de comando* e *espaços do comum*, a partir das categorias analíticas espaço, cotidiano e ação, dando centralidade, às ações. Apontamos que os espaços de comando são produto e condição de um repertório de ações cuja natureza remete à dominação, à cidade e ao espaço como mercadoria (valor de troca) e que se presta à alienação. De maneira oposta, os espaços do comum são produto e condição de um repertório de ações que se dirige ao espaço enquanto obra, portanto, valor de uso, à apropriação e à emancipação do homem. É no espaço da vida cotidiana que tais processos e experiências se inscrevem, sendo, portanto, fundamental sua análise

e compreensão para moldar propostas e alternativas que promovam o encontro do homem com a liberdade, da verdadeira democracia e da comunidade.

Referências

ALVES, Rafael de Oliveira. O direito e a propriedade: o privado, o público, o comum. In: COSTA, Geraldo Magela et al (org.). **Teoria e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 556. p. 259-282.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução da cidade como negócio. In: Carlos, A. F. A.; Carreras, C. (Org.). **Urbanização e Mundialização. Estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Editora Contexto. 2004, p. 160. p. 29-37.

_____. A natureza do espaço fragmentado. In: Santos, M; Souza, M. A. A. de; Silveira, M. L. (Org.). **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo, Editora HUCITEC. 1996, p. 332. p. 191-197.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. Edição Eletrônica, Labur, São Paulo. 2007, p. 123.

_____. A reprodução do espaço como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise urbana**. São Paulo, Contexto. 2015, p. 192. p. 25-36.

CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. 21ª edição, Petrópolis, Vozes. 2014, p. 320.

FERREIRA, Alvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. **Scripta Nova**, Vol. XI, núm. 245 (15), 1 de agosto de 2007.

_____. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações? In: FERREIRA, A, RUA, J, MATTOS, R. (Org). **Metropolização do espaço, Gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p. 552. p. 53-74.

_____. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, A, RUA, J, MATTOS, R. (Org). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro, Consequência. 2015, p. 620. p. 69-84.

GOLDMANN, Lucien. A reificação das relações sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade – Leituras de introdução à sociologia**. LTC editora, 2006. p.320. p. 137-146.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. 1ª edição, Rio de Janeiro, Record. 2016, p. 474.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 294.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Editora Annablume, 2005. p. 251.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 6ª edição, São Paulo, Paz e Terra. 2000. p. 176.

LEFEBVRE, Henri. **Vida cotidiana no mundo moderno**. Rio de Janeiro, Editora Ática, 1991, p. 216.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo, 5ª edição, Centauro Editora, 2001, p. 144.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte, UFMG, 2008, p. 203.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A. da. FREIRE, D. G. & OLIVEIRA, F. J. G. de (orgs.). **Metrópole – governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, p. 504. p. 41-57.

_____. **Redes, Coesão e Fragmentação do território metropolitano**. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>. Acesso em: 17 de julho de 2012.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. 2ª edição, São Paulo, Contexto, 2008, p. 176.

SÁNCHEZ, Fernanda. 2001. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSEL-RADO, Henri (org.). **A duração das Cidades**. Rio de Janeiro, 1ª edição, Editora Lamparina, p. 256. p. 155-175.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 120.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 258.

SVAMPA, Maristella. **Debates Latinoamericanos: Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2016, p. 568.

PEET, Richard. Imaginários de Desenvolvimento. In: FERNANDES, B.M; MARQUES, M.I; SUZUKI, J.C.(orgs). **Geografia Agrária: Teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 382. p. 19-37.

PICKERILL, Jenny e CHATTERTON, Paul. Notes towards autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics. **Progress in Human Geography**, January, v. 30, 2006. p. 730-746.

POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do política: Marx contra a política moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 391.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único – desmanchando consensos**. 3ª edição, Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 192. p. 75-103.

Recebido em 20 mai. 2020;

Aceito em 30 jun. 2020.